



A COLÔNIA

ANTONIO LINO

ANTONIO LINO

A COLÔNIA

FOTO DE CAPA

ARAQUÉM ALCÂNTARA

SÉRIE BRANCO VIVO

1ª EDIÇÃO, 2016

SÃO PAULO/SP - PORTO ALEGRE/RS

EDIÇÃO DO AUTOR/REDE UNIDA

PREFÁCIO

POR HÊIDER PINTO

Ler Antonio Lino para mim é me deliciar com a escrita. Surpreender-me conhecendo novas coisas em realidades novas, ou mesmo aquelas que eu julgava já conhecer. É admirar um excelente labor, meio jornalista, meio antropólogo, meio historiador. Com ancestrais mineiros, Lino, no modo de rodar o Brasil, de se misturar nos lugares e com as pessoas, e de nos contar isso tudo, tem um quê de Guimarães Rosa e Darcy Ribeiro. Lê-lo me coloca em reflexão, com os muitos elementos que sua escrita oferece para a análise, só que com uma mente aberta graças ao impacto dos sentimentos que sua literatura nos brinda.

Conheci Lino como escritor no ótimo *Encaramujado*, obra fruto de um se jogar de Kombi pelos quatro cantos do Brasil, expondo-se e se permitindo mergulhar e se encantar com as pessoas, paisagens, histórias, sentimentos e afetos de cada local visitado.

Conheci Lino pessoalmente quando, num bom encontro, decidimos desenvolver um projeto: nós, no Ministério da Saúde, decidimos apoiar propostas que pudessem tratar do Programa Mais Médicos (PMM) com outras estéticas, além das diversas pesquisas apoiadas.

O projeto se realizou e deu resultados. Os primeiros estão aqui em suas mãos: uma obra que não se pode dizer que seja sobre o Mais Médicos. Aqui, o Programa é, no máximo, um pano de fundo e um disparador. No centro do olhar, da escuta, da sensibilidade e da caneta de Lino estão as pessoas, suas relações, suas histórias e os lugares onde se produzem diálogos, afetos e cuidado em saúde.

Também não se trata de um livro que possa ser classificado como “de saúde”, mas traz histórias, imagens, noções e concepções muito mais amplia-

das e sofisticadas do que diversas obras que se propõem a tratar do tema em abstrato.

Assim, quem não é da área da saúde, mas gosta do Brasil, de “causos” ou de gente, amará as narrativas de Lino. Quem é estudante, educador ou pesquisador da área de saúde terá nas mãos um potente texto que consegue dizer mais que mil conceitos a respeito das concepções de saúde, o trabalho em saúde, a relação entre os saberes científico e popular, a relação profissional de saúde/paciente-usuário-cidadão, a determinação social do processo saúde-doença, o poder disciplinador da medicina, a medicalização da vida, a biopolítica e o belo e vivo modo como a vida e as pessoas escapam desses controles.

Quem conhece, experimentou ou vem estudando o PMM sabe que, muitas vezes, não é revelada pelas pesquisas a alma do Programa: a afirmação concreta de que o cuidado à saúde é um direito de todos os brasileiros e que esse direito tem de assumir uma dimensão digna, generosa, humana, dialógica e repleta de afetos.

As histórias de Lino trazem esta outra dimensão essencial, muitas vezes, invisível às pesquisas.

Essa alma, que já foi revelada no belíssimo ensaio do grande fotógrafo Araquém Alcântara, publicado no livro *Mais Médicos*. As imagens agora ganham palavras.

Nessas três edições especiais se encontram a obra de Lino e Araquém. Os locais e algumas das pessoas que figuram nessas histórias foram retratadas no livro de fotografia que Araquém, com muita sensibilidade e verdade, denomina de “manifesto humanista”. Obras de uma beleza oportuna e necessária em um momento do país e do mundo no qual, mais do que nunca, é absolutamente necessário afirmar a vida, o amor, o cuidado, a generosidade e a solidariedade, afirmar valores radicalmente democráticos sob o risco de começarmos a regredir enquanto sociedade e civilização.

Nesta publicação específica, *A Colônia*, mais que comunicar o preconceito sofrido por quem teve Hanseníase e que carregou não só sequelas da doença, mas também a chaga simbólica da lepra, Lino conseguiu nos emocionar ao nos colocar diante do que sentiam cotidianamente as Donas Franciscas, Braulinos, Seus Pitus, Chicos, Raimundas e Edigilsons.

Eu mesmo, na adolescência, nos anos 90, contrai a hanseníase, tendo sido aconselhado pelos profissionais de saúde a não revelar a absolutamente ninguém que tinha a doença para que minha vida não virasse um “inferno” e todos se afastassem de mim.

A lepra tem cura desde os anos 80. Atualmente se consegue todo o tratamento necessário no Sistema Único de Saúde, este mesmo SUS que as intenções neoliberais querem inviabilizar ou mesmo arrancar de nossa Constituição Federal. Muitas vezes, fazendo uso da medicação por menos de um ano já se está curado da hanseníase. Mas, mesmo assim, o preconceito e o estigma seguem fortíssimos. Por experiência própria, sei que viver esse estigma é marcante e transforma qualquer um em um militante contra todas as formas de preconceito e discriminação.

Lino faz uma cuidadosa e responsável pesquisa histórica que é excelente para se entender como as doenças também são produções sociais e culturais. Mostra como a lepra foi vista, interpretada e tratada ao longo do tempo. Quais significados eram atribu-

idos a quem tinha: de pessoa impura que carrega o pecado, a pessoa condenada e próxima da morte, tornada senha para expulsar alguém do convívio social e, por extensão, tirar-lhe tudo o que lhe era caro e interessava.

Em vez de ser cuidada, a pessoa era estigmatizada, afastada de tudo e de todos, de seu emprego e de seu ambiente de convívio. Muitas vezes perdia não só os pertences, mas também a propriedade e o direito a esta, ao ser conduzida a um lugar para morrer longe dos olhos da cidade ou do vilarejo. Em vez de fortalecê-la para enfrentar ou conviver com a doença, era fragilizada ao extremo. Os relatos que a história traz dos casais de pessoas com hanseníase que eram obrigados a dar os filhos para adoção e tinham apenas duas horas, quando muito, para conviver com eles, são de arrombar o coração de qualquer mãe e pai.

Em tempos nos quais alguns se esforçam para fazer crescer uma onda de intolerância, as reflexões de Lino são essenciais para pensarmos como pode ser o mundo: mais tolerante, compreensivo, solidário, lugar de encontro e cuidado em alternativa

a um mundo de preconceito, estigma, exclusão, de recusa à ajuda e ao diálogo.

Na história encontramos também luta. Não só na admirável resistência e afirmação de vida cotidiana das pessoas da Colônia, mas também com Edigilson compondo o forte e conhecido Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan), que apoia os pares, que luta por seus direitos, por reparação e por modos de enfrentar o preconceito.

Nas páginas de Lino, nos emocionamos com a história da técnica de enfermagem Francisca Oliveira e de Mayra Martinez, médica do Programa Mais Médicos, acompanhando a bela, potente e terapêutica relação que ambas estabelecem com as pessoas de que cuidam. Num dado momento da história, a doutora nos faz lembrar os mais generosos motivos que levam muitos a fazer um curso da área de saúde:

“Quando você decide que vai ser médico, já está comprometido moralmente: nós temos de fazer nosso trabalho onde fazemos falta”.

Ainda que pudesse antecipar tantas outras delícias a serem descobertas nas próximas páginas, como o emocionante modo como as pessoas da antiga colônia manifestam seu respeito, afeto e gratidão pela doutora Mayra, paro por aqui, porque o melhor que você tem a fazer agora é ler, reler e se abrir para deixar que este livro toque fundo em você.

Hêider Pinto

Médico sanitarista, responsável pelo Programa Mais Médicos no governo eleito Dilma Rouseff



A COLÔNIA

Dona Francisca via, numa das prateleiras do armazém, a lançadeira, os carretéis de linha e a bisnaga de óleo para a máquina de costura. Mas o dono da loja, do outro lado do balcão, insistia:

– Não, minha senhora. Infelizmente, não tem.

Já havia acontecido antes. Como das outras vezes, a cena se repetia: na cara dura, o atendente fingia ignorar os itens do pedido, logo ali, escancarados no mostruário. Em geral, para não criar caso, ela saía sem dizer nada. Dona Francisca sabia bem o motivo daquele constrangimento: é que no juízo dos comerciantes, valia mais perder a venda, do que receber da freguesa um dinheiro sujo de lepra.

A doença maculava nove dos dez filhos de Dona Francisca. Em sua casa, os únicos que restavam “limpos” eram Antonio e ela. Embora não padecessem da maleita, os dois acabaram por sentir na própria pele a aversão pública dirigida a seus parentes. Enquanto a lepra mutilava a prole de Dona Francisca, o preconceito deteriorava sua reputação no seringal São Romão. Além do boicote cínico dos vendedores, os atravessadores também não compravam nada que houvesse passado pelas mãos sem dedos dos “lazarentos”. O jeito foi pedir ajuda a um compadre, tido por sadio, que negociou, como se fossem de sua safra, os sessenta e cinco paneiros de mandioca ralados pelos filhos de Dona Francisca. Com o dinheiro da transação terceirizada, a matriarca viajou sozinha até a Boca do Acre, em busca de uma solução para seus problemas.

Alguns dias depois, alertado por um apito grave e distante, Braulino, o caçula, foi o primeiro a avistar a chegada de um batelão imponente, equipado com quatro remos de volga, que vinha descendo o rio Purus. De longe, o menino reconheceu um dos tripulantes:

– Rapaz, é a mamãe!

Ao comando de Dona Francisca, seus rapazes carregaram o convés novíssimo, sem trinca nenhuma, com as pélas de látex colhidas e defumadas nos meses anteriores. Naquela época, segundo Braulino, “a borracha *tava* dando um dinheiro bala”. Era o tempo da Guerra: no *front*, entre outras demandas, os Aliados precisavam calçar seus jipes. De modo que a carga coagulada, em alta no mercado, serviria de bom lastro para a expedição ribeirinha. A partida deu-se às pressas: quando os últimos preparativos se resolveram, Dona Francisca dispensou os festejos de despedida, juntou seus poucos pertences. E foi embora do seringal São Romão levando consigo toda a família.

Com os remos reforçando a correnteza, Purus abaixo, a viagem foi pingando de praia em praia. À passagem do batelão, as margens acenavam: muitos outros doentes, rejeitados por suas próprias comunidades, suplicavam por carona. Além de borracha, o convés sem trincas logo se encheu daquela gente alquebrada. Em sua arca, Dona Francisca oferecia alguma salvação à espécie dos imperfeitos...

Pois eis que, como no princípio, a perversidade havia se multiplicado sobre a terra. Ao se dar conta de tanta maldade, Deus sentiu um peso no coração. E se arrependeu profundamente de ter soprado vida em suas criaturas. Desta vez, no entanto, o Senhor não teve tempo de inundar tudo com sua ira: antes Dele, os homens já haviam consumado a destruição. Aos leprosos, restava apenas lamentar o mundo perdido. E se juntar a todos aqueles que, como os passageiros do batelão de Dona Francisca, vinham do interior do Amazonas. Passavam ao largo de Manaus. E então desembarcavam, compulsoriamente, em seu destino final: a Colônia Antonio Aleixo.

Ao assinar a papelada para a construção de novos leprosários no Brasil, a caneta de Getúlio Vargas descreveu um longo arco no tempo, com mais de vinte séculos de comprimento. Bem antes de Cristo ressuscitar Lázaro, o Velho Testamento já prescrevia a política do isolamento: *“Alguém que se constate que é leproso deverá rasgar a sua roupa,*

destapar a cabeça e não se pentear, e cobrir o lábio superior, clamando: 'Impuro! Impuro!' Todo o tempo que durar a doença ele é impuro e deverá viver fora do acampamento". O fato de Jesus ter abraçado os leprosos não diferenciou o enredo do Novo Livro. Pelo contrário: salvo um ou outro cristão caridoso de sandálias, entre a piedade e o nojo, a Igreja Católica reforçou o estigma da doença como pecado, e ampliou a segregação dos "impuros". Do imperador Constâncio II, que ordenou que se atirassem todos os morféticos de Constantinopla no Mar Bósforo, passando pelo Papa Estevão VIII, que acabou com o direito à herança dos descendentes de leprosos, até a *Summis Desiderantes* de Inocêncio VIII, que queimou nas fogueiras da Inquisição várias bruxas que preparavam lepra em seus caldeirões, uma extensa sucessão de monarcas e pontífices se dedicou ao expurgo dos doentes com um sortido repertório de medidas profiláticas. Durante a Idade Média, São Lázaro assistiu seus protegidos serem perseguidos, presos, torturados, apedrejados, castrados, incinerados e enterrados vivos. Rotário, rei dos Lombardos, requintou a prática oficial com uma

inovadora liturgia: a partir do século VII, depois de assistirem à sua própria missa fúnebre, os leprosos eram colocados dentro de uma tumba aberta. O sacerdote, então, ungia-lhes a testa com um punhado de terra do cemitério, decretando sua morte para o mundo (*Sis mortuus mondo!*). Concluída a cerimônia, o cadáver ambulante deveria cobrir seu corpo em putrefação com uma túnica mortuária, chapéu de abas largas, bermudão escuro e luvas. O *kit* funerário incluía ainda uma matraca ou sineta, que o leproso era obrigado a ressoar, prevenindo os vivos de sua mórbida aproximação. Vigente por quase um milênio, o *Separatio Leprosorum* cairia em desuso apenas no século XVI: mesmo período em que, a bordo das caravelas e dos navios negreiros, a doença chegou ao Brasil.

Além do flagelo, importamos do Velho Mundo sua panaceia: aqui como lá, à parte algum tempero indígena, pelo uso de remédios da floresta (inclusive veneno de cobra), o tratamento tupiniquim dispensado aos leprosos continuou sendo, basicamente, o isolamento compulsório. Sob a tutela de ordens religiosas, construiu-se, por exemplo, o

Asilo de Lázaros, no Recife. O Hospital Imperial, no Rio de Janeiro. E o Hospital dos Morféticos, em São Paulo. Por muito tempo, da Colônia ao Império, prevaleceu quase que exclusivamente a misericórdia das Santas Casas. Até que, com a República, o Estado passou a erguer seus próprios muros em torno dos leprosos. O país rural perdia campo para as cidades. Pautadas pelo movimento higienista, as políticas de saúde pública pregavam a desinfecção do espaço urbano. Pobres doentes nas sarjetas, pedindo esmola, já não condiziam com nosso ideal civilizatório: queríamos viver em Paris, mas aqui nos trópicos. A Polícia Sanitária foi para a rua. Isolar os doentes era uma forma de preservar os sadios. Por todo o território nacional, os portadores do mal de Lázaro eram conduzidos a locais afastados, onde a lepra (“a filha mais velha da morte”, na expressão do sanitarista Oswaldo Cruz), pudesse concluir, com privacidade, a sua inexorável tarefa. Assim, entre as décadas de 20 e 50, o Brasil contou com quarenta asilos-colônias: 80% inaugurados na Era Vargas.

Aos 89 anos, Seu Pitu é o morador mais antigo da Colônia Antonio Aleixo.

– Os 199 que chegaram primeiro que eu já morreram.

Pouco antes de preencher a ficha nº 200 do leprosário, Anastácio Pereira da Costa era o chapa 150 do Estaleiro Amazonas. Trabalhando na caldeiragem, aos 20 anos, o rapaz já sabia da doença:

– Primeiramente sangrava muito no meu nariz. Depois, apareceu dormência.

Confirmado o diagnóstico, Anastácio começou a se cuidar, e achou melhor não comentar nada na firma. O segredo, no entanto, logo veio à tona, descoberto por acaso, naquele dia em que cruzou com uma prima do Zé Paixão, seu chefe, justamente quando saía do posto Oswaldo Cruz, conhecido reduto dos leprosos de Manaus. A moça endureceu o dedo e apontou:

– O chapa 150 é doente.

Anastácio perdeu o emprego. E assim, às cinco da manhã de um Dia de Finados, a população da Colônia Antonio Aleixo arredondou nos 200.

Entre os poucos anfitriões, o porte físico do recém-chegado logo inspirou o apelido:

– Pitu é um camarão grande. Tem também uma cachaça com esse nome. Mas eu só sou o rótulo: nunca bebi.

A abstinência etílica, tomada pela administração como prova de sua retidão moral, contou pontos na entrevista de emprego que rendeu a Anastácio o posto de delegado do leprosário.

Oito guardas batiam continência a Pitu. Um deles, Francisco Félix, vulgo Chico Manacapuru, conhecia o outro lado das grades:

– O senhor sabe que a pessoa quando é jovem não pode engolir um boi. Fui agredido por seis homens. Foi o jeito de eu mostrar que eu era homem também. Fiz uma besteira lá.

Ao ser preso em Manacapuru, sua cidade natal, além de manchar as digitais na ficha criminal, o detento passou por um exame médico na delegacia: foi quando se soube leproso. Levado pela polícia, Chico Manacapuru deu entrada na Colônia Antonio Aleixo. Meses depois, redimido pelo bom comportamento, acabou passando também para o lado da lei.

Zeladores da ordem, os homens do delegado Pitu guardavam as fronteiras do leprosário. Na estrada do Aleixo, único acesso por terra à Colônia, Rui Coelho anotava em sua prancheta a placa do carro, os dados dos passageiros e o motivo da visita, antes de baixar a corrente da guarita. Na delegacia, todo movimento era registrado a giz numa lousa, dividida ao meio entre entradas e saídas. Contavam-se inclusive as partidas para o além: ao ressoar das nove badaladas de praxe, anunciando outro defunto, o plantonista rabiscava uma cruz nova no livro de óbitos. E depois subtraía um habitante do total declarado no quadro negro (que chegou a somar 1.462 pessoas, no ano de 1968).

A rotina também era matemática: às cinco, tocava a campainha da alvorada. Esvaziando seus respectivos pavilhões, homens e mulheres andavam até o refeitório, onde continuavam separados, nas mesas reservadas por gênero e idade. Junto com o desjejum, engoliam-se remédios variáveis: ora drágeas verdes, ora pílulas vermelhas, ora comprimidos brancos. Por tentativa e erro, a medicina buscava acertar o tom do tratamento definitivo. Os

casos mais graves eram levados ao hospital. Na sala de curativos, a enfermeira Eunice Vieira passava o dia esterilizando rolos de gaze:

– No tempo das freiras era bom. Era tudo aseado.

Às quartas-feiras, depois do expediente, Eunice batia ponto no cinema. Quando não estava no conserto, o motor de luz projetava *westerns* na quadra. Durante as partidas de futebol, a enfermeira engrossava o coro da torcida dividida entre duas paixões: Favela x Independência era o grande clássico da Colônia. Por seu apelo filantrópico, mais do que por sua importância esportiva, os jogos chegaram a repercutir fora do leprosário. Um dos torneios, inclusive, começou com um pontapé ilustre: naquele dia, Eunice tirou um retrato ao lado do Pelé. Entre uma ou outra celebridade, apareciam também caravanas de anônimos, que vinham prestigiar as atrações culturais da Colônia, e voltavam para casa emocionados, depois de aplaudirem a orquestra formada por músicos sem dedos. Noutras ocasiões, os doentes trocavam o palco pela plateia: aos sábados, Eunice frequentava o baile, promovido pela Rádio Difusora do Amazonas. Entre os cantores

convidados, numa noite memorável, o microfone do Centro Social amplificou a voz de Waldick Soriano. Os conjuntos embalavam os dançarinos: de um lado do salão, os sadios. De outro, os mancos. Nestes dias de festa, as freiras consentiam a recolhida mais tarde, no máximo às onze. Mas no resto da semana, assim que tocava a campainha das nove, impunha-se sobre a Colônia o silêncio dos conventos. Subordinado às irmãs, como baluarte da ordem geral, Pitu arcava com o ônus da impopularidade:

– Ah, você já sabe que delegado nunca é bom, né? Ninguém gosta de autoridade.

Acima das maledicências, no entanto, pairam as estatísticas. Dentro da Colônia, sob o comando de Pitu, a violência contabilizou apenas duas baixas:

– Seu Apolônio, que um doido matou. E um senhor chamado Chicão, que era policial. Mas desses policial que quer se exhibir, sabe? Eu sempre dizia: ‘Chicão, cuidado. Aí tem gente de muita natureza...’

Deram cabo do Chicão.

No mais, os crimes eram pura marotagem: eventualmente, um contrabandista tentando violar a lei seca, ao infiltrar no leprosário garrafas de

pinga escondidas dentro de melancias cavoucadas. Ou algum galinho de briga, provocando arruaças no baile. A reincidência, em casos extremos, podia acarretar até a expulsão. Mas de acordo com a baixa gravidade das ocorrências, em geral, as penas não costumavam ir além da varrição das vias públicas. Ou vinte e quatro horas no xilindró, para os topetudos esfriarem a cabeça.

Responsável direto pela segurança pública, o delegado Pitu dava as cartas no cotidiano da Colônia. Em sua escrivania, o chefe da polícia assinava os salvo-condutos temporários, entre os quais as permissões para as viagens dos pescadores (que voltavam, vinte dias depois, carregados de pirarucus). Também era Pitu quem concedia as licenças para namorar: os rapazes só podiam visitar o pavilhão das moças às quintas, sábados e domingos. Com a devida autorização. E sob o olhar indiscreto de um guarda.

Tantas regras, evidentemente, inspiravam violações. Depois da missa, o sacristão do Padre Mário, por exemplo, pegava a bicicleta, despistava os vigias, e pedalava até o Jupati, onde passava a noite

com as putas. Aos 14 anos de idade, Edigilson Bar-
roncas já se sentia sufocado pelo jugo do isolamen-
to. Embora não houvesse muros em torno da Colô-
nia, todos se sabiam limitados por aquela fronteira
tácita, que dividia o mundo dos doentes e o mundo
dos sadios:

– Era uma cerca mental.

Como outras crianças, deixadas pelos pais no
leprosário, Edigilson passou por várias famílias. O
menino relutava em aceitar aquelas casas alheias
como seu lar. E mesmo mais tarde, quando arran-
jou um emprego na sapataria da Colônia, especiali-
zada em calçar os sequelados com próteses ortopé-
dicas, Edigilson seguiu persistindo na insubmissão.
Em reuniões clandestinas, o rapaz organizava os
descontentes:

– Quando faltava alguma coisa, a gente fazia
nossas grevezinhas.

Entre outras conquistas, as reivindicações afrou-
xaram um pouco o torniquete dos horários. E pelo
menos no São João e no Natal, as freiras liberavam
alegrias ao relento até as quatro da madrugada. Foi
numa destas noites que Chico Manacapuru tro-

cou olhares com Raimunda. Com a devida anuência do delegado, o guarda acabou casando com a moça, que ajudava tia Joana na maternidade. Direto das mãos da parteira, ainda frescos, Raimunda enrolava os rebentos para outra viagem. As crianças nascidas na Colônia não alteravam os números na lousa da delegacia. Para evitar que contraíssem lepra pela convivência com os pais, os recém-nascidos eram levados imediatamente ao Educandário Gustavo Capanema, onde eram colocados à disposição da adoção. Era a lei: depois de dar à luz, as mães voltavam para casa com o colo vazio.

Foi assim... Até que, em 1978, um decreto oficial desativou a Colônia Antonio Aleixo. O governo soltava as rédeas do leprosário.

A partir de então, não soaria mais a campanha da alvorada. O refeitório não serviria mais o rancho diário. E Chico Manacapuru não contaria mais com o emprego na delegacia, que lhe rendia doze cruzeiros por mês. Para pagar as novas contas da casa (comida, água, luz...), o policial desempregado começou a plantar malva e juta. E passava uns dias fora, catraiando rio acima para vender a colheita e

comprar castanha. Enquanto isso, Raimunda saía para esmolar:

– Mas não era viciada em pedir não. Queria que Deus me desse um trabalho para sair dessa vida.

Tempos depois, Deus deu: Raimunda passou a ganhar a vida a serviço dos mortos, varrendo o cemitério Santo Alberto.

Como um dos coordenadores do Morhan (Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase), Edigilson Barroncas seguiu contestando certas leis.

– Nós perdemos muito mais que as falanges, os membros... Nós perdemos a família, o espaço social. E tivemos que perder até a vergonha pra poder enfrentar a sociedade. Porque se você tiver vergonha, você não sai de casa.

Depois de enviuvar duas vezes, aposentado, vivendo com uma das filhas na mesma casa em que morava nos tempos de delegado, por causa da doença, Seu Pitu ficou cego.

Para chegar à Colônia Antonio Aleixo, viajo quase uma hora dentro de Manaus. Igarapés de asfalto, com intenso fluxo comercial, me levam da *belle époque* à zona leste. O caminho ainda preserva algumas castanheiras, ruínas da floresta atropelada. Com a pressa das ocupações e loteamentos clandestinos, o povo segue esgarçando a cidade. De modo que o local escolhido na década de 40 para abrigar o leprosário, naquela época um cafundó rural infestado de mosquitos, há muito já foi engolido pelo perímetro urbano. Hoje, o bairro Colônia Antonio Aleixo, a 35 quilômetros do centro de Manaus, conta cerca de 16 mil habitantes. A desativação do leprosário acelerou o adensamento populacional. A partir de 1979, com o rompimento oficial do cordão de isolamento, as famílias de alguns internos se juntaram a seus parentes e vieram morar aqui. Ao longo do tempo, outros “sadios” foram se misturando à vizinhança. Manaus crescia: gente de todo o Brasil vinha buscar um emprego na Zona Franca e um teto na periferia.

Nessa leva, chegou Fran.

Aos 19 anos, a jovem saiu sozinha da roça onde torrava farinha com os pais, no interior do Pará, e veio trabalhar como empregada doméstica na Metrópole da Amazônia. Prendada nas lidas da casa, Francisca Oliveira dos Santos lavava, passava, varria e cozinhava (“Minha caldeirada é respeitada”). Com os primeiros rendimentos, a jovem assalariada logo ajeitou seus caraminguás num quartinho alugado, a duas conduções do serviço. Fran já estava instalada em seu novo CEP, na Colônia Antonio Aleixo. Só então começou a reparar nos vizinhos...

– Ninguém me preparou que quando eu chegasse aqui eu ia encontrar com eles. E mesmo que me dissessem, eu não ia entender. Na época o que eu vi era coisa muito estranha: eles todos remendadinhos, os dedinhos tudo ferido, só com as palmas das mãos. E o nariz todo que quebra... aquilo pra mim era uma coisa de outro mundo. Eu era tão ingênua que na minha cabeça eu dizia: ‘essa pessoa deve de ter batido na mãe dele, no pai. E recebido um castigo’.

(A lepra como punição divina: eis a potência dos estigmas que, guardados em armaduras medievais, chegam plenos de vigor ao século XXI).

Engasgada com uma mistura de pena e medo, Fran até chorou. Mas em vez de simplesmente enxugar os olhos e mudar de bairro, a jovem doméstica quis entender o que tinha acontecido com aquela gente “estranha”, marcada pelas sequelas da lepra. Puxando assunto com os mais velhos, aos poucos, as histórias que ouvia foram aproximando seu pé atrás. A tal ponto que Fran decidiu participar de alguma forma daquelas vidas. E com essa convicção, matriculou-se num curso de enfermagem.

– Agora vejo que era uma missão pra mim.

À noite, depois do trabalho, Fran encostava a vassoura e empunhava a caneta. Aluna aplicada, aprofundando as informações colhidas na fonte, com seus vizinhos, entre outras lições, a aspirante a enfermeira aprendeu que a lepra havia sido oficialmente rebatizada de “hanseníase” (uma profilaxia linguística, buscando desinfetar os portadores da doença de sua histórica carga semântica). O novo nome é um reconhecimento à Gerhard Armauer Hansen, o médico norueguês responsável por revelar ao mundo que, diferente do que pregavam as hipóteses de seus colegas e os tabus bíblicos, não se

tratava de miasma, mosquito, destino nem expiação de pecado: na verdade, o causador da doença é um micróbio em forma de bastonete.

A ciência comprovou também que a hanseníase não pula de uma pele para outra através de abraços e apertos de mão. Nem pelo sangue, dos pais para os filhos. Em geral, o bacilo de Hansen troca de hospedeiro pelo ar. Mas não basta respirar o micróbio para sucumbir à sua voracidade (fosse assim, a humanidade estaria extinta há séculos, junto com os tatus, os macacos mangabeis e os chimpanzés – os únicos animais que, além da nossa espécie, parecem apetecer a doença). No linguajar técnico, a hanseníase tem “baixa patogenicidade”, o que quer dizer que o indivíduo precisa ter um contato muito íntimo e prolongado com o *Mycobacterium leprae*, e depois incubá-lo por um período de 2 a 7 anos, até aparentar seus sintomas (em média, a cada oito pessoas contaminadas, apenas duas desenvolverão alguma forma da doença). O que determina o florescimento ou, com maior frequência, a neutralização da infecção, são os ambientes dentro e fora do corpo. Por exemplo: no meio de um monte de gen-

te mal nutrida, apinhada dentro de um casebre úmido, rodeado de lixo, é certo que os bacilos chafurdem. Por isso, embora tenha acometido medalhões como Balduíno III, rei de Jerusalém, que perdeu a visão e o trono por conta da doença, ao longo da história, o mais comum foi que a lepra carcomesse os pobres.

Uma vez acomodado no organismo de seu hospedeiro, depois de vencer toda sorte de adversidades físico-químicas, e resistir por anos a fio aos pelotões brancos do sistema imunológico, só então, o bacilo de Hansen afia suas garras de parasita, e ataca a epiderme e os nervos periféricos. A pele dá sinais do imbróglio interno: nas áreas acometidas pela doença, aparecem manchas pardas e desaparecem os pelos. O suor seca nos poros afetados. Desde a década de 80, há cura: um coquetel de antibióticos é capaz de aniquilar por completo os intrusos *leprae* no interior das células. Apenas nos casos em que o diagnóstico é tardio e o tratamento inadequado, as modalidades mais severas da hanseníase podem, paulatinamente, atrofiar músculos, apagar olhos e mutilar membros. Além disso, como a doença com-

promete também a sensibilidade tátil e térmica, nas mãos dormentes de um hanseniano já sequelado (como muitos na Colônia Antonio Aleixo), uma caneca de café chega a causar queimaduras de segundo grau. Entre o fogo e a faca, preparar o almoço pode ser um prato cheio para ferimentos. Que por sua vez oferecem entrada a outras infecções...

Daí que não falte trabalho a Fran: aos 44 anos, mãe de dois filhos, e devidamente formada no curso técnico, a enfermeira dedica cuidados diuturnos aos seus vizinhos na Colônia Antonio Aleixo. Seu sono é gotejado: além de uma barraquinha de lanches que mantém com o marido, na praça central do bairro, a ex-empregada doméstica reveza o avental culinário com o jaleco branco, desdobrando-se em dois outros empregos – os plantões no hospital e o atendimento no posto de saúde. Pelo menos uma vez por semana, sua sala de curativos é na rua. Fran dirige o próprio carro para chegar até os hansenianos mais idosos, com dificuldades de locomoção. No banco do carona, vou com a enfermeira, acompanhando seu expediente, de casa em casa. É então, numa destas visitas, que aperto a mão sem dedos de Seu Brulino:

– Antes pegava até agulha. Agora *tá* boa só pra bater palma.

Aos 82 anos, o caçula de Dona Francisca é o último passageiro remanescente daquele batelão lotado, que em 1945 baixou do seringal São Romão para a Colônia Antonio Aleixo:

– Ah, meu irmão... Queria que você visse o tanto de borracha que nós *trouxemo*.

Setenta anos depois daquela viagem, Seu Braulino fala com orgulho da embarcação comprada na Boca do Acre por sua mãe:

– Não tinha uma trinca.

À época, sua apreciação não era a mesma pelos caroneiros que Dona Francisca veio recolhendo ao longo do caminho:

– O medo que eu tinha de lepra, minha irmã... Foi minha avó que me ensinou. *Tá* na Bíblia: Jesus curou dez leprosos. Foi só um agradecer. Por isso eu não gostava de leproso, de jeito nenhum. Eu tinha 9 anos, quando via aqueles cara leproso, atravessava pro outro lado do rio, lá no Purus. Aí como fiquei: cego, com a venta quebrada, sem nenhum dedo...

Sentado na cama, Seu Braulino reveza o olhar esbranquiçado entre os dois vultos que o escutam, interessados em suas memórias. Até que tocam seis badaladas ensurdecedoras, num alarme digital pendurado na parede:

– É relógio de cego e mouco.

Seu Braulino então interrompe o relato: deu a hora de sua prece diária. De modo que Fran e eu aceitamos seu convite. Fechamos os olhos. E assim, depois de um breve silêncio, os três rezamos juntos o Pai Nosso.

Fran estava lá, viu tudo, inclusive foi ela quem prestou os primeiros socorros, no dia em que um cachorro abocanhou a perna de sua colega: a dra. Mayra Martinez.

Dois anos antes da mordida, assim que chegou ao Brasil e soube que o destino de sua missão seria a Amazônia, a médica cubana temeu bichos menos domésticos:

– Só sabia que era floresta. E *tenia* muita serpente. Fiquei apavorada.

A filha mais velha tentou dissuadi-la:

– Mãe, volta.

Mas dra. Mayra ponderou (“Se tem gente morando lá, eu também posso morar”). Buscou mais informações sobre Manaus (“Um médico enfrenta o medo com conhecimento”). E em março de 2014, começou a trabalhar ao lado de Fran, na Colônia Antonio Aleixo:

– Quando você decide que vai ser médico, já está comprometido moralmente: nós temos que fazer nosso trabalho onde fazemos falta.

Aos 50 anos, epidemiologista com um mestrado em medicina natural e tradicional no currículo, não é a primeira vez que dra. Mayra pega a estrada, atendendo ao chamado de sua profissão: durante sete anos, a médica deixou os dois filhos com sua mãe, em Cuba, e foi trabalhar na Venezuela. Agora, com um neto de onze meses piorando a distância, outra vez fora de seu país, dra. Mayra se prepara para o expediente tomando café na cozinha do posto de saúde da Colônia Antonio Aleixo. Quando Fran

chega, às oito e meia, as duas saem juntas para as visitas domiciliares.

Era uma segunda-feira, o tal dia. Carregando o peso do sol amazonense, a dupla escalava uma ladeira do bairro para atender, lá no topo, um hanseiano que precisava trocar o curativo. Foi quando, pelo meio do caminho, uma emergência interrompeu a médica e a enfermeira: numa casa ali perto, um menino sofria às voltas com uma convulsão febril. Alarmadas pela mãe aflita, as duas entraram. E enquanto acudiam a criança no quarto, aconteceu: desvencilhado da corda que o prendia no quintal, um cachorro irrompeu pela casa, avançou contra as visitantes, e cravou os dentes na panturrilha direita da dra. Mayra.

Depois de enxotarem o vira-lata a vassouradas, com a ajuda de Fran, a médica lavou a ferida com água e sabão. Recebeu cuidados complementares no posto de saúde (junto com o menino, àquela altura já restabelecido das convulsões). E começou a tomar de imediato um ciclo curto de antibióticos. Já na manhã seguinte, obstinada a não faltar no serviço, mas com as dores ainda latejando na per-

na mordida, dra. Mayra foi trabalhar de saia. Hoje, além da cicatriz, ela traz do episódio apenas uma leve marca de desconfiança, que a faz chegar mais precavida à casa de seus pacientes:

– O cachorro *tá* preso? – a médica pergunta, antes de entrar e cumprimentar Seu Raimundo Piranha com um abraço.

A poucos dias de completar 81 anos, sentado em sua cadeira de rodas, o senhor bronzeado acaba de voltar da rua. Ao tirar o chapéu de palha, Raimundo revela seu grisalho ainda manchado de preto. Pilotando o assento elétrico com a palma direita (dotada, como a mão esquerda, de cinco cotós em tamanhos desiguais), Seu Piranha saiu logo cedo atrás de um técnico para a televisão: depois da forte chuva da madrugada, o aparelho só transmite chiadeira. Dra. Mayra se preocupa com a pele ressecada do cadeirante irrequieto, que passa o dia no vaivém pelo bairro, gastando a bateria de sua poltrona motorizada:

– O senhor não deve ficar tanto tempo no sol.

A médica besunta os braços do paciente com um óleo hidratante. Ao mesmo tempo, sobre uma banqueta de madeira, Fran apoia a única perna de Raimundo:

– Enquanto o senhor conversa, eu trabalho.

À medida que a enfermeira desata as gazes usadas ao redor da canela inchada, Seu Piranha desenrola a própria trajetória:

– Com 18 anos, apareceu uma mancha. Parecia vinho de açaí. Depois, estropiou a cabecinha desse dedo. O cotovelo do pé ficou dormente. Foi dando caroço na orelha...

Confirmado o diagnóstico de lepra, em 1954, Raimundo deixou a casa da família, em Manacapuru, e viajou até Manaus com dois de seus irmãos, também doentes, para se internar com eles na Colônia Antonio Aleixo:

– Quando cheguei que vi meus companheiros assim, tudo sem venta... Ah, meu irmão, eu tive um medo medonho. Tinha medo de ficar daquele jeito, *né?*

Já na entrada do leprosário, os calouros foram batizados pelos veteranos. Ninguém passava sem apelido.

– Toda qualidade de bicho tinha aí na Colônia: Pintado, Pirarucu, Tambaqui...

Para Raimundo, sobrou Piranha.

Com o novo sobrenome, o carpinteiro naval logo voltou a exercer seu velho ofício. Na beira do rio, Piranha cavoucava canoas, assentava motores e remendava batelões:

– Uma hora dessa *tava* dentro d’água aí, trabalhando, ajeitando leme, essas coisas. Passava o dia todinho molhado.

Nesse ponto da história, Fran conclui a assepsia da canela. Então dra. Mayra interrompe o paciente, para informá-lo do próximo procedimento (“Hoje vamos passar uma pomada”). Seu Raimundo consente (“Acredito que vai dar certo”). E então recorda-se do tempo em que era preciso tirar licença na delegacia, para visitar o pavilhão das moças. Nas brechas da vigilância cerrada, um de seus namoros acabou lhe rendendo um menino. Raimundo, no entanto, só foi pai por duas horas. Era a lei:

– Nasceu às três da madrugada. Às cinco, o enfermeiro veio pegar. Naquele tempo, levava pro preventório.

Desde então, passados mais de cinquenta anos, Seu Piranha nunca mais viu o filho:

– Acho que ele *tá* vivo. Soube que tinha casado

com a filha de um sargento. Acho que virou alguma coisa... Ih, mas isso é uma conversa comprida.

A paternidade ressurgiu como assunto há quatro anos, quando a cuidadora que ajudava Raimundo adoeceu. Os papéis então se inverteram: retribuindo a fidelidade de longa data, Seu Piranha cumpriu uma dedicada vigília à sua enfermeira particular. Até que, da fatalidade de um câncer no colo do útero, a vida gerou um menino para o senhor sem filhos:

– Antes dela morrer, pedi o garoto pra vir pra cá comigo.

Hoje, viúvo, com os recursos da aposentadoria e de uma indenização federal, recebida por muitos hansenianos que foram isolados compulsoriamente, Raimundo Piranha cria Adriano sozinho.

– O pai dele *taí*, um caboclão forte. Mas é estragado nesse negócio de droga. Só vive preso.

A consulta termina. Enquanto Fran guarda seus apetrechos na caixa de curativos, dra. Mayra veste a bolsa a tiracolo, de saída. Avaliando o curativo novo na canela, Seu Piranha elogia o serviço:

– Acho que ficou muito bonitinho, *né?*

Nessa hora, aparece o técnico da televisão. Raimundo se divide entre a despedida das duas e a recepção do outro. É então que, de pijama, o menino de sete anos surge de dentro da casa. Ainda amassado de sono, Adriano dirige um cumprimento tímido às visitas. Chega por trás da cadeira de rodas. E fica assim, de pé, enlaçado ao pescoço de Raimundo, com a cabeça apoiada em seu ombro, num demorado abraço de bom dia:

– Seu Piranha, ainda bem que a chuva parou, *né?*

O Solimões escorre dos Andes, arrastando árvores. As águas ganham voracidade conforme engordam. O grande rio carrega o que encontra pela frente. O grande rio tem fome de terra.

O grande rio engole a ilha onde Seu Aníbal nasceu.

Era um pedaço de chão, cercado de água barrenta por todos os lados. Ficava a duas horas de motor de Benjamin Constant. Bem antes que o rio levasse tudo, o primeiro a sumir dali foi o pai. Por respeito

ao leito traiçoeiro do Solimões, o velho só viajava de dia: até Manaus, foram dois meses no braço, batendo remo para confirmar a baixada. Meses depois, quando pipocaram uns caroços em sua pele, feito ferroadas de carapanã, Aníbal desceu pelo mesmo caminho, mas motorizado, de carona no alvarenga do patrão, carregado de borracha. O menino tinha dez anos quando reencontrou o pai na Colônia Antonio Aleixo.

Desde então, os dois nunca mais voltaram à ilha. Nem havia como: o passado já não era um lugar onde pudessem pisar.

Talvez por isso, por desconfiar que, a qualquer momento, poderia perder outra vez o chão sob seus pés, em vez de se instalar num lote do leprosário, Aníbal preferiu se fixar sobre um pedaço de água, cercado de terra por todos os lados.

Seu endereço é dentro do Lago do Aleixo.

Sua casa é um flutuante de madeira.

Diante de Manaus, o Solimões encontra o Negro. Dali para frente, os dois seguem juntos, mas sem se misturar. Ao longo de seis quilômetros, o rio marrom desce lado a lado com o rio preto. Nesse

trajeto, o caudal bicolor passa em frente à Colônia. Abrigado numa das margens, o Lago do Aleixo se inunda de breu.

Dra. Mayra não sabe nadar. Mas hoje, excepcionalmente, ela não precisa se preocupar com o balanço da canoa, que costuma levá-la até a casa de Seu Aníbal. Ao lado de Fran, sigo os passos cuidadosos da médica, que desce um barranco minado de sacos de lixo, e caminha até o flutuante, afundado no chão vazio. Dentro da rede, Seu Aníbal recebe os visitantes com uma saudação murcha:

– Que aconteceu? Por que ficou de novo assim, *mi amor*?

A ilha de água secou sob os pés de Seu Aníbal.

Nos últimos anos, o Lago do Aleixo vem acumulando montes de areia e cimento, que a chuva traz de inúmeras ocupações imobiliárias, em geral clandestinas. Agravado pela porquice de certas indústrias instaladas no bairro, o assoreamento tem alargado o ralo das águas. As estiagens sazonais estão mais severas. De modo que, em vez do marulhar preto roçando sua porta, da animação dos banhistas mergulhando do seu píer, do equilíbrio dos pescadores

sobre suas canoas, e da explosão suave das tarrafas antes de abocanhar o Lago, tragando surubins e capararis, hoje, ao se levantar da rede, Seu Aníbal dá de cara com um matagal cerrado. E com o casco de uma balsa enorme: encalhado rente ao flutuante, o trambolhão de ferro impede a vista e a brisa.

– Essa doença, graças a Deus que não me machucou muito ainda. Porque fico que não posso nem conversar. Como é que eu vou rir sem vontade?

Bem adaptado às sequelas nas mãos e nos pés, já há muitos anos curado da hanseníase, Seu Aníbal agora quer se livrar da depressão. Para tanto, só a cheia do Lago restituirá realmente seu humor costumeiro, junto com a renda perdida pela debandada das canoas, que alugavam no flutuante a corda para atracar e os olhos do vigia. Dentro dos remédios que lhe cabem, dra. Mayra prescreve amitriptilina. Além de um composto vitamínico, já que o paciente anda meio desgostoso de comer.

Ao final da consulta, antecipando-se aos comprimidos, a conversa com a médica parece surtir os primeiros efeitos. Pouco antes de sairmos, Seu Aníbal emerge um pouco do desânimo. E até toma ares

de trovador, para declamar os versos que escreveu em homenagem à *doutora Mayra / Que trabalha com dedicação / Do paciente, poeta e amigo / Abraço e aperto de mão / Porque além de ser uma profissional competente / Também tem um bom coração.*

Depois das rimas da despedida, subimos o baranco, para voltar à margem asfaltada do Lago. No meio do caminho, paro um instante, recuperando o fôlego. Lá embaixo, balsas, barcos e outros flutuantes compartilham o quintal de Seu Aníbal, naufragados no seco. Mais adiante, o Solimões corre ao lado do Negro. Preencho a paisagem com um pouco de imaginação: ao longe, avisto o batelão de Dona Francisca descer pela correnteza partida ao meio, singrando entre o claro e o escuro, neste trecho em que os rios ainda não aprenderam a conciliar suas diferenças. Lotada de gente e borracha, a arca sem trincas cruza toda extensão do Lago do Aleixo. Numa de suas margens, os passageiros são recebidos pela polícia. Entre os leprosos, vejo Seu Braulino, com dez anos de idade. O menino ajuda os irmãos a carregar um baú pesado para o outro lado do mundo...

Durante 36 anos, a Colônia espelhou as águas, dividindo doentes e sadios. Agora, o bairro cresce, se misturando à cidade.

Algum dia, talvez alcancemos o mar.

AGRADECIMENTOS

Logo de cara, agradeço demais ao Edson Pistori, parceiro de outras histórias, por ter sido o primeiro a me ver escrevendo este livro. E, além do mais, por ter me apresentado ao Hêider Pinto, a quem agradeço pela confiança pra lá de generosa no meu trabalho. Valeu, primo!

Agradeço também à turma toda do Ministério da Saúde pela acolhida: Filipe Proenço, Zé, Érica, Timóteo, Florentino, Aristides e Amanda. Às referências estaduais, João Barbosa (PI), Cely Gama (BA), André da Silva e Leila Lopes (AC), Roberdson (RR), Anna Mota (TO), Helder Luz (PA), Polyana e Laerge (PB), pelas indicações valiosas, mas que não dei conta de conhecer. Ao Wagner Almeida, pela força para desatar os nós da burocracia.

Ao Marcelo Delduque, por ter colocado dra. Mayra, dr. Dmytro e dr. Sael no meu mapa. E ao Araújo Alcântara, um baita agradecimento pelas poesias em luz e sombra, gentilmente cedidas para as capas desta série.

No Sergipe, agradeço à Aline, pelo apoio da Secretaria de Saúde de Poço Redondo. Ao Sandro e ao Seu Alexandre, pela recepção familiar. À Dona Joana, pela vivacidade das memórias. Ao dr. Sael Caballero, pela disposição aberta, sem muros. E à Dona Zefa, pela meninice antiga, pelo abraço como benção.

No Amazonas, agradeço à Meiriane, ao Ricardo, ao Almino e à Delzuita, pelas pontes que me levaram de São Paulo até Manaus. Ao dr. Venâncio, meu gentil anfitrião no bairro Antonio Aleixo, pelas portas abertas. Aos motoristas Cristiano e Alexandre, pelo vai e volta entre o centro e a zona leste. À dra. Mayra Martinez e à Fran Oliveira, por me levarem pela mão ao cerne da Colônia. Ao Seu Vicente, Jandira e Lucilaine, Seu Aníbal, Edigilson Barroncas, Dona Eunice Vieira, Seu Brulino, Seu Raimundo Piranha, Seu Rui Coelho, Seu Francisco Félix (Chico Manacapuru), Maria Raimunda e Anastácio da

Costa (Seu Pitu), por remediarem, com suas próprias histórias de vida, algo dos meus enrustidos preconceitos.

No Rio Grande do Norte, agradeço à Uiacy e Antonia pelo pente fino nos casos exemplares, garimpados para mim. À Eliege, secretária de Saúde de Touros, pelo aval à minha viagem. Ao dr. Dmytro Petruk, pela companhia apaziguadora, e pela mistura de paisagens, montanha com praia, que sua biografia me inspirou. E à Dona Maria do Socorro, Miguel de Moura, Alais Araújo, Seu Adão Moreira, à família Gomes Matias, ao Antonio Barbosa, Seu Orlando, Marcos Tibúrcio (Marquinhos), Seu Rui, Raimundo, Dona Francisca e Jéssica, à Lenísia da Silva, ao Márcio, Maécio e à Dona Dária Assis, por me permitirem conhecer o verso do cartão-postal, nas comunidades de Perobas e Carnaubinhas.

Um ano indo e vindo, maré de saudade enchendo e esvaziando... Dedico estas histórias à Passarinho, minha bússola pelos caminhos da leveza. E ao Pedro, o sentido disso tudo.

A Colônia © Antonio Lino, 2016

Os direitos de uso desta edição foram cedidos pelo autor à Editora Rede Unida, em caráter não exclusivo e para fins não comerciais.

DIREÇÃO DE ARTE Paula Dib

FOTO DE CAPA Araquém Alcântara

REVISÃO DE TEXTO Revisões & Revisões

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lino, Antonio

A colônia / Antonio Lino; foto de capa Araquém Alcântara.
São Paulo: Ed. do Autor, 2016. -- (Série branco vivo)

ISBN 978-85-912473-5-6

1. Experiências de vida 2. Hansenianos - Brasil - Manaus (AM) - Aspectos sociais 3. Hansenianos - Brasil - Manaus (AM) - Condições sociais 4. Hanseníase - Hospitais Colônia - História 5. Mayra, Martinez 6. Médicos - Relatos 7. Memórias 8. Viagens - Narrativas pessoais I. Alcântara, Araquém. II. Título. III. Série.

16-05626

CDD - 910.4

Índices para catálogo sistemático:

1. Relatos de viagens 910.4
2. Viagens : Narrativas pessoais 910.4

editora



redeunida

Secretaria Executiva

Rua São Manoel, 498 - Santa Cecília

Porto Alegre/RS - CEP 90620-110

(51) 3391-1252

secretaria@redeunida.org.br

www.redeunida.org.br



9 788591 247356